

Uma experiência de etnografia crítica: raça, gênero e sexualidade na periferia do Rio de Janeiro*

OSMUNDO DE ARAUJO PINHO**

Resumo: Neste artigo, discutimos aspectos teóricos, éticos e metodológicos relacionados a uma pesquisa sobre raça, gênero e sexualidade entre jovens da periferia de determinada comunidade popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como pressuposto teórico que estruturas de raça e gênero produzem vulnerabilidades, desigualdades e violências, tal como referido pela bibliografia corrente. Procura, a partir disso, entender como essas estruturas operam no cotidiano, estruturando os ambientes sociais para reprodução social desigual. Por outro lado, a pesquisa está sendo realizada sob forte compromisso político com a emancipação e o auto-esclarecimento. As implicações teóricas dessa abordagem política comprometida e crítica deverão ser assim consideradas.

Palavras-chave: etnografia crítica, raça, gênero, sexualidade, periferia urbana.

Modernidade seletiva e agência afrodescendente

Gostaríamos de discutir neste trabalho aspectos metodológicos e políticos ligados à realização de uma pesquisa de campo sobre raça, gênero e sexualidade entre jovens, que se inicia neste momento junto a uma comunidade popular no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nesse sentido, primeiro descreveremos o projeto integrado dentro do qual essa pesquisa se insere, em seguida discutiremos alguns aspectos da pesquisa sobre sexualidade e gênero e suas implicações

éticas e políticas e, por fim, apresentaremos uma interpretação sobre o potencial crítico e a “localização” política da etnografia no contexto brasileiro.

No projeto integrado de pesquisa AfroRio, Século XXI: Modernidade e Agência Afrodescendente e Anti-racista, retomaremos de modo ampliado, e incorporando o debate intelectual e político contemporâneo, um conjunto de questões que foram exemplarmente expostas por Luis Aguiar de Costa Pinto em 1953, no seu livro *O negro no Rio de Janeiro: relações raciais numa sociedade em mudança*. Essa obra, resultado de pesquisa realizada no âmbito do Projeto Unesco, representa, assim como os demais resultados do projeto, na Bahia, em São Paulo e em Pernambuco, um marco no desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, assim como colocou no centro do debate sobre modernização e democracia os aspectos complexos e contraditórios da problemática racial brasileira, que, passados cinquenta anos da realização do projeto, permanecem a “esfinge do presente”, desafiando a inteligência e a ação

* Este artigo é uma versão modificada do trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa – A Pesquisa Antropológica e o Futuro das Populações com quem se Trabalha: Uma Reflexão Crítica, realizado no âmbito da 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em Olinda – PE, de 12 a 15 de julho de 2004. Agradeço aos organizadores do fórum, professora Telma Camargo (UFG) e professor Hugo Benavides (Fordham University), pela oportunidade de apresentar o meu trabalho.

** Diretor do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes. Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). E-mail: opinho@candidomendes.edu.br.

corajosa de intelectuais e atores sociais diversos envolvidos nesse campo.

Além dos avanços metodológicos e do incremento à profissionalização das ciências sociais no Brasil, o Projeto Unesco, assim como o trabalho de Costa Pinto, definiu alguns resultados que acabaram influenciando toda a sociologia das reações raciais subsequente (Maio, 1999a; 1999b; Costa Pinto, 1998 [1953]; Azevedo, 1996 [1955]; Bastide & Fernandes, 1971; Peixoto, 2000; Ramos, 1995). Dentre esses resultados, elencamos aquele que é o eixo orientador da investigação: a relação entre modernização e relações raciais, em três aspectos básicos: i) a relação entre industrialização, modernização e cultura tradicional negra; ii) o negro como agente da modernização em um contexto de racismo e pobreza; iii) a superação do racismo e desenvolvimento nacional. Essas questões apresentadas por Costa Pinto, com base em sólido debate intelectual e extensa pesquisa empírica, fortemente influenciados pela Escola de Chicago e determinada leitura do marxismo, reclamam uma atualização integrada e compreensiva para este nosso momento histórico atual, marcado tanto por transformações no campo das relações raciais, assim como em outros aspectos da vida social, o que talvez aponte para uma nova etapa da modernização no Brasil (e, em especial, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e que represente, porventura, maior democratização e alterações qualitativas nos padrões tradicionais de reprodução social, marcados por assimetrias e desigualdades (Souza, 2000; Câmara dos Deputados, 2000; Costa, 2002; Domingues, 1999; Guimarães, 2002; Hasenbalg & Silva, 1999; Maggie & Rezende, 2002; Schwarcz, 1999).

A fim de preservarmos o escopo e a densidade da pesquisa pioneira de Costa Pinto, adaptando-os à situação e à agenda acadêmica presente, dimensionamos nossa pesquisa em quatro eixos fundamentais, que procurarão recompor de modo descritivo e analítico a situação contemporânea das relações raciais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no alvorecer do século XXI. Consideraremos aqui um desses eixos, o subprojeto Gênero, Sexualidade e Relações Raciais na Periferia. Neste,

propomos uma pesquisa etnográfica em profundidade em determinada comunidade popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na qual investigaremos as articulações entre performances juvenis de sexualidade, gênero e raça, num contexto de privação material relativa e “modernização seletiva”. É sobre esse quarto eixo que nos deteremos aqui para considerar, previamente à realização da pesquisa, que está nos seus momentos iniciais, os aspectos metodológicos e políticos de sua realização, contra um pano de fundo marcado por duas balizas.

Primeiro, a modernização seletiva, desigual e combinada brasileira, uma “modernidade realmente existente”, marcada pela reprodução da desigualdade e da violência, pela retórica racial-sexual-colonial, pela articulação entre traços “modernos” – individualismo, destradicionalização, mercado etc. – e traços “não-modernos” – particularismos, clientelismos/personalismos, prevalência de características adscritas contra aquelas atribuídas etc. Em segundo lugar, as tensões e crises presentes nas políticas de representação sobre a alteridade, a raça e o gênero, no âmbito das revisões críticas da prática etnográfica e das possibilidades autoritárias ou emancipatórias embutidas na produção de interpretações “culturais” sobre contextos sociais modernos, urbanos e nacionais.

Sexualidades, contextos, estruturas

É preciso considerar inicialmente o modo como a sexualidade, como um campo de intercessões e coagulações discursivas e práticas, pode ser representado de um ponto de vista conceitual, na medida em que essa representação ética, ou de segunda ordem, é o único guia seguro para que possamos produzir uma informação etnográfica consistente diante da experiência pessoalmente engajada de pesquisa, na qual o etnógrafo confronta seus conceitos, aquilo que aprendeu nos livros, com a “realidade”, torrente polissêmica e aberta de significados, experiências, discursos, práticas, representações e performances, com as quais ele se depara e nas quais muitas vezes é envolvido, consciente ou inconscientemente.

A sexualidade é o nosso conceito-chave ou problemático aqui, na medida em que ele serviria

como guia de acesso a um entroncamento sinuoso entre sistemas discursivos, que põem em movimento estruturas de gênero, raça e classe social, sob a chave do desejo e do poder. Naturalmente, outros campos, como o da raça e do gênero, são absolutamente centrais, mas, na medida em que tivemos oportunidade de discuti-los em outros momentos (Pinho, no prelo), reservaremos especial atenção à sexualidade.

Se entendermos a sexualidade como um dispositivo estratégico, posicionado entre as articulações concretas da vida social materializadas na história e sob a ação humana e estruturadas como práticas discursivas e discursos práticos, correlacionados, num horizonte cultural determinado, a campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (Foucault, 2003), poderemos entendê-la como enraizada no solo histórico das formações discursivas que se realizam nesses modos específicos, constituindo o sujeito como o sujeito do desejo. Mas o desejo não está fora da história e a sexualidade não é, nesse sentido, uma invariante da espécie humana ou uma manifestação de correntes instintivas pré-significadas, ou pré-discursivas, mas, inversamente, é plenamente significada e construída com a matéria-prima disponível das sedimentações discursivas. O que põe em movimento essas sedimentações são as disputas, sempre caracterizadas pelas dominantes culturais e sociológicas em vigor, por poder, prestígio, satisfação. Dito de outro modo, a sexualidade é sempre contextual e ocorre nos ambientes sociológicos determinados, que são estruturados diferentemente, de acordo com a história depositada nesses contextos, que se definem pelas características objetivas materialmente presentes.

Assim é que, referindo-se a sua pesquisa entre “adolescentes pobres em Salvador”, Torres afirma:

O exercício da sexualidade, e da sexualidade adolescente em particular, é uma atividade socialmente construída e, como tal, referida a um determinado contexto social, no qual os distintos atores lhe atribuem diferentes significados e representações. (Torres, 2002, p. 52)

Esses contextos estão estruturados por variáveis diversas, mas, no caso de comunidades populares, os aspectos deletérios da pobreza, da desigualdade social, da privação material relativa e da violência, eventualmente ligada ao tráfico de drogas e à violência policial, mas também associada às formas “tradicionais” de violência interpessoal, conjugam-se às práticas e discursos racializantes e de gênero. Essa pressuposição está assumida para nossa pesquisa e isso implica considerar a sexualidade e suas articulações como discursiva e materialmente construídas, ancoradas em contextos determinados. Por outro lado, os modos de exercício da sexualidade também são ativos e produzem seus próprios contextos ou colaboram para a criação de contextos próprios de reprodução social desigual, justamente através dos modos nos quais se conjugam sexualidade, classe e raça. A sexualidade, o desejo, e a forma através das quais estes se realizam em práticas objetivas não estão fora da história, da linguagem ou da estrutura social, mas são parte integrante da dinâmica social.

Sob certo ângulo de análise, poderíamos dizer que os sistemas do gênero têm um aspecto estrutural – estruturado e estruturante –, conectado às estruturas sociais de reprodução desigual do social, produzindo tanto desigualdades no mercado de trabalho e nos rendimentos, como assimetrias no mundo da vida, na esfera doméstica. Ambos os fatores citados convergem, por exemplo, para constituírem-se as mulheres como objetos da violência doméstica masculina (Suárez & Bandeira, 2002). Ora, além desses aspectos, a sexualidade aparece como um sistema com escassa autonomia diante do sistema de gêneros. Na verdade, tem-se argumentado que a idéia de sexualidade não oferece densidade fora do sistema dos gêneros, uma vez que as carreiras sexuais, os repertórios, iniciação, experiência e mesmo o lugar do exercício da sexualidade, na configuração da subjetividade e da idéia de si, difeririam largamente entre homens e mulheres (Heilborn, 2002; 1999; Heilborn & Brandão, 1999).

Mas, sem deixar de concordar com a existência de intrincadas relações entre sexualidade e gênero, talvez pudéssemos perguntar quanto do exercício da sexualidade, como uma

prática hermenêutica (Apter, 1991) ativa, colabora para erigir os sistemas de gênero. Ou seja, ao invés de partirmos das diferenças de gênero, sustentadas na estrutura social (tradição, representações estereotipadas, divisão social do trabalho etc.), começaríamos pelas práticas sexuais e de diferenciação ativa dos gêneros nos contextos concretos materiais e simbolicamente ordenados. Contextos estruturados pela superposição de níveis de determinação distintos – relações sociais primárias, correntes simbólicas globalizantes, o mercado, estruturas econômicas de largo alcance, o Estado etc. –, organizados de modo a produzir as condições locais de experiência social e os ambientes dinâmicos para performances de raça e gênero.

Método e política na etnografia

Ora, é diante desse objeto, precariamente definido – as sexualidades realizadas em seus contextos materiais, em articulação determinante com os sistemas de gênero, mas também com outros modos de estruturação da experiência, tais como a raça e a classe –, que devemos propor procedimentos metodológicos e considerar as dimensões políticas do ato da pesquisa. Pensamos em dois níveis, na prática da pesquisa imediata e na produção de interpretações mediadas.

Ora, uma dessas mediações pode ser encaminhada pela seleção de insiders como pesquisadores de campo ou assistentes de pesquisa. O termo insider, nesse caso, refere-se a sujeitos sociais participantes das esferas culturais ou das redes de sociabilidade existentes na localização a ser investigada. No caso de pesquisa sobre sexualidade, nem sempre esse recurso parece conveniente. Se, por um lado, mulheres, eventualmente, sentir-se-iam mais à vontade para expor suas concepções sobre sexualidade para outras mulheres – além do que pesquisadores homens, nesse caso, podem defrontar-se com o ciúme de maridos intolerantes –, por outro lado, essas mesmas mulheres provavelmente não se sentiriam confortáveis em falar de sua vida sexual conjugal a uma vizinha ou a alguém que elas encontrassem no

supermercado. É evidente, por outro lado, que a familiaridade com os códigos lingüísticos e as representações correntes assumidas como tácitas podem ajudar, e muito, ainda que uma familiaridade excessiva com o ambiente pode conduzir a um relaxamento da atenção etnográfica (Bharat, 2003).

Outro aspecto bastante evidente na pesquisa sobre sexualidade é que, na maioria dos contextos, a sexualidade é vivida duplamente como um tabu e um assunto de grande interesse. Daí decorre que é muito mais fácil falar-se da sexualidade alheia do que da própria. É fácil também demonizar o comportamento sexual como forma de demarcação de fronteiras entre “nós” e os “outros” no interior de comunidades, notadamente daquelas “tradicionais”, que enxergam no exercício da sexualidade uma conjugação essencial entre a reprodução biológica e a reprodução social. De modo que o sexo é um assunto privado, das famílias, que deve ser mantido em segredo, mas ao mesmo tempo vigiado e regulado. Em vista disso, convém considerar com atenção a relação dos pesquisadores com as lideranças locais, usualmente aqueles que “facultam” o acesso ao campo, gatekeepers. Uma proximidade demasiada dessa liderança, usualmente “guardiões morais”, pode redundar em uma associação do pesquisador com a figura da sanção moral e com olhar disciplinador daqueles com posição de autoridade. Por outro lado, é muito árdua uma abordagem do campo sem a mediação desses personagens estratégicos. Nesse caso, como em outros, o etnógrafo precisa balancear sua relação com os gatekeepers de modo a conquistar sua confiança sem colar sua imagem à deles.

É importante ainda considerar os aspectos contextuais do exercício da sexualidade que destacamos acima. Essa contextualidade implica que o significado e os modos vernáculos de exercício da sexualidade realizam-se em relação, contraditória ou harmônica, com as estruturas sociais, a tradição etc. Nesse sentido, o pesquisador precisa, como sempre em etnografia, estar atento para as normas culturais, a etiqueta, os valores em jogo, não apenas para não pôr em risco a investigação, mas para não melindrar os sujeitos e, eventualmente, provocar mal-entendidos que podem ter conseqüências graves,

notadamente em ambientes extremos, permeados pela violência, por tensões sociais agudizadas, por regimes autoritários etc.

A situação da entrevista é paradigmaticamente crítica na investigação antropológica. O encontro materializado pela entrevista é o lugar da abertura para significados e inscrições discursivas e culturais, fonte de riqueza, mas também o espaço de reificação de assimetrias e do manejo de suscetibilidades, impressões, configurando-se como uma situação retórica recheada de implicações de poder e desigualdade.

The survey situation, as a type of social interaction, is a subject in the part to the broader social conditions that structure communication between strangers or, in studies with repeated contacts between interviewers and respondents, between acquaintances of varying degrees of familiarity. At the same time, the survey interview situation imposes specific asymmetric role demands and expectations. (Dugan & Meyer-Bahlburg, 2003)

Alem das assimetrias de poder implícitas na situação de respondente e investigador, é preciso considerar outros fatores para a realização de entrevistas: a capacidade do entrevistado de entender corretamente as questões; a disponibilidade do entrevistador de ouvir naturalmente relatos sobre sexualidade; formas de auto-apresentação do entrevistador e seu impacto sobre o entrevistado etc. Toda a atenção é pouco para as sutilezas de uma relação de poder marcada pelo interesse na sexualidade. As possibilidades de o entrevistado ter interesse de travar relações pessoais com o entrevistador são grandes e, na verdade, prováveis, mas o potencial de "má-compreensão" presente nessa condição é evidente. Não que essa possibilidade não esteja presente em outros graus de interação entre investigadores e sujeitos da pesquisa. Mas a consciência de que as expectativas e interesses são diferentes e diferentemente situados na situação da entrevista é importante para não menosprezarmos o potencial de abuso e mútuo engano presente sob essas condições. Notadamente, se o entrevistador for um sujeito originário de um grupo social

prestigiado ou privilegiado na sociedade. A situação limite seria, por exemplo, um homem branco de classe média entrevistando uma mulher negra pobre. Nesse caso, falar de sexo implica trazer para a situação concreta da interação todo um conjunto de associações presentes na sociedade e nas formas culturais dominantes na sociedade brasileira. Essa "interferência" é certamente um dado da pesquisa e contém chances de provocar uma "difração" nos resultados (Killick, 1995).

As pesquisas sobre sexualidade, saúde reprodutiva, em associação ou não às questões de gênero e raça, têm uma componente forte de intervenção social, quando não de pura normatividade. Poderíamos pensar em termos de dois pólos: de um lado, um interesse em compreender para produzir mudanças, por exemplo, no comportamento sexual de jovens ou na submissão das mulheres a seus maridos. De outro lado, um interesse em produzir modelos ou normas de conduta, designando um padrão ideal de comportamento sexual diante do qual os sujeitos deveriam se medir. No caso de nossa pesquisa, procuramos alcançar uma terceira posição, qual seja, aquela de conhecer para produzir uma leitura informada e uma interpretação como uma atitude crítica diante dos "fatos da vida" ou da estrutura social, objetificada em diversos níveis para a situação concreta em análise. A produção dessa consciência crítica repousa no compromisso com a emancipação social e a promoção dos direitos. De um modo mais claro, implica, em nosso caso, trazer para o centro dos debates raciais, e sobre o desenvolvimento social, os temas da sexualidade e da saúde reprodutiva, em sua intercessão dinâmica com as estruturas de raça e classe, como um tema político e sociológico relevante.

Mas isso significa também que estamos conscientes que nossa atuação no campo produzirá efeitos. Através da prática mesma da pesquisa que, eventualmente, levaria os agentes a refletirem por meio das entrevistas e demais procedimentos de método que utilizaremos, como os grupos focais, sobre as questões de nosso interesse, que porventura também estão no horizonte de interesse dos agentes, ainda que de outra forma. Assim é que nossa negociação no campo passa pela negociação de uma

“contrapartida” que oferecemos à escola, que é a base de acesso ao campo. Essa contrapartida, sugerida pela direção da escola, está se efetivando com a realização de palestras e oficinas para os professores da escola e para os alunos, sobre raça, gênero e sexualidade. Ou seja, ao mesmo tempo em que estivermos investigando as concepções e práticas dos agentes sobre esse tema, ofereceremos nossa própria visão sobre esses temas, discutindo com os sujeitos as nossas próprias percepções, base para pesquisa, de modo que o empreendimento etnográfico configura-se plenamente como uma via de mão dupla. Quais os riscos de que nossa visão ganhe foros de legitimidade, verdade ou de superioridade em relação às representações vigentes? Alguma chance, mas não todas. Talvez nós é que tenhamos mais chances de alterar nossas perspectivas e idéias sobre sexualidade, o gênero e a raça em contexto de pobreza. Aliás esse é o nosso objetivo, desafiar as noções estáveis e não problemáticas para esses constructos.

De um ponto de vista teórico, diríamos que a politização das formas de produção de conhecimento é incorporada como um princípio ativo da pesquisa. E o inverso é igualmente verdade, ou seja, investimos na densificação do saber, orientando as práticas políticas, as nossas e a dos sujeitos envolvidos. Em vista disso, a pesquisa apresenta um caráter dialógico e aberto, não apenas alegoricamente representado em formas de inscrição, ainda que estas também sejam consideradas, mas na confecção mesma dos procedimentos de investigação.

Um saber só pode se tornar político através de um processo agnóstico: dissensos, alteridade e outridade são as condições discursivas para a circulação e o reconhecimento de um sujeito politizado e uma “verdade” pública. (Bhabha, 2000, p. 15)

Ora, são as características plenamente políticas da produção do conhecimento – no que estas têm de conflituosas – que gostaríamos de assumir, com suas perdas e danos, no momento mesmo do processo de condução da pesquisa. Isso implica, entre outras coisas, considerar a pesquisa como um processo público, continua-

mente aberto ao debate, realizado entre os “pares”, a equipe da pesquisa e demais colegas, assim como entre os sujeitos da pesquisa, ainda que, é óbvio, as linguagens, os termos e o foco dos debates nem sempre coincidam.

Emancipação e interpretação

Gostaríamos de destacar alguns estudos e ações que podem nos fornecer inspiração sobre como conduzir nossa pesquisa nessa dupla vinculação: emancipação e inscrição de significados (interpretações).

Pesquisas sobre comportamento sexual e saúde reprodutiva – e também sobre violência – entre adolescentes têm uma tradição forte nessa direção (Guajardo, 2002; Heilborn, 2002; Minayo et al., 1999; Monteiro, 1999, 2002 e outros). Usualmente, elas estão balizadas por acordos internacionais, convenções e documentos aprovados em encontros internacionais. Destes últimos, aquele que parece fornecer o parâmetro fundamental é A plataforma de ação de Beijing, de 1995, e o Informe da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (Cairo), de 1994. O ponto de partida é a necessidade de oferecer acesso à informação e a serviços de saúde reprodutiva para adolescentes como uma determinação política da assembléia de Beijing. Esse acesso deve ser conduzido dentro de uma perspectiva de gênero, uma vez que meninas e rapazes apresentam vulnerabilidades diferenciadas. É importante considerar que as pesquisas sobre sexualidade adolescente precisam mover-se nessa esfera do político, dialogando com documentos internacionais. Isso implica também resguardar certas prerrogativas na pesquisa com adolescentes, que estariam organizadas em torno dos eixos da confidencialidade, da privacidade e da necessidade de um consentimento informado (as bases culturais particulares para esse consentimento são tema de outro debate) (Gogna, 2001; Ribeiro, 1995; Roland, 1995).

A pandemia mundial de HIV/Aids determinou fortemente as pautas de pesquisa e intervenção, inclusive mediante o fluxo de recursos mobilizados do norte para o sul do globo com vistas a combatê-la. Para a prevenção entre homens, e entre homens jovens, cuidados

metodológicos referem-se à consideração política da diversidade das masculinidades e as relações entre as formas de masculinidade e as estruturas de poder e de hegemonização de gêneros. Trabalhar com homens jovens para a prevenção à Aids significaria nesse caso “luchar contra las formas predominantes de masculinidad” (Onusida, 2002, p. 13).

Também no caso das pesquisas com homens com comportamento homossexual, a crise mundial da Aids foi determinante, produzindo uma inflexão nas pesquisas, que alcançaram, diga-se de passagem, resultados excelentes sobre modos de vida e comportamentos sexuais de homens que fazem sexo com homens (HSH), em diversas regiões do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza. Essas pesquisas demonstraram, entre outras coisas, a diversidade do perfil desses HSH e também de suas práticas e a correlação instável, e muitas vezes escassa, entre identidades sexuais e práticas sexuais (Toro-Alfonso, 2002; Parker & Terto Jr., 1998). Ao investigar práticas sexuais com a crise da Aids em mente, a investigação conseguiu revelar também representações sobre relacionamentos amorosos, o próprio corpo, a identidade e o investimento subjetivo para fazer da sexualidade a expressão de si. Expressão realizada, em virtude da homofobia, da subcidadania e da pobreza, como uma experiência muitas vezes penosa e de alto risco. Determinados conteúdos hegemônicos das identidades masculinas, com ou contra os quais esses agentes se identificam, implicam ainda mais perigo, associados à idéia de aventura, risco como excitação etc. (Arihla, Ubenhaum&Medrado, 2001).

Outras pesquisas têm acentuado a politização das identidades homossexuais ou uma certa faceta politizada dessas identidades comumente associadas ao mundo da diversão noturna, da sexualidade exacerbada, das aparências e do glamour (Carrara, Ramos & Caetano, 2003). A par das pesquisas, muitas vezes conduzidas diretamente por organizações do movimento homossexual, ou em associação a estas, diversas ações de prevenção a Aids têm sido implementadas no Brasil, usualmente em relação direta com as pesquisas. Em muitos casos, as mesmas organizações que realizam

pesquisa também fazem prevenção, como é o caso da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). A própria investigação é pensada como um instrumento de conhecimento para a transformação de determinado comportamento. A diversidade encontrada entre as iniciativas reflete as diferentes abordagens, mas também a diversidade de composição da população visada. Alguns programas focam jovens; outros, comunidades de candomblé; outros, profissionais do sexo, e assim por diante. Vemos representado, indigitado, transformado, contestado e interpretado – nesse campo de relações, pesquisa, investigação, intervenção – todo um universo de identidades, costumes, adereços, práticas, ambientes urbanos pouco conhecidos e distintas dimensões da experiência plenamente humana do amor e do desejo. Todos esses mundos de representações têm emergido para além de seus contextos locais, graças justamente a essa interface entre os agentes diretamente envolvidos no campo e instâncias de representação e articulação política produzidas nessa fronteira (Silva, 2003; Almeida, Rios & Parker, 2002).

Um dos princípios de intervenção presente em outras estratégias estabelecidas nesse campo de combinações entre o ativismo e a pesquisa parece ser justamente uma atenção para com as linguagens e repertórios locais e particulares, ou seja, uma atenção para com a “cultura” dos grupos com os quais se trabalha. Ora, para incorporar tais valores e temas culturais relevantes e adequados para cada grupo, é preciso conhecê-los. Esse conhecimento pode ser estabelecido por investigadores de fora da cultura ou por insiders, intelectuais locais, líderes religiosos etc. As estratégias de prevenção ao HIV, de redução de danos, de adoção de comportamentos sexuais e reprodutivos baseados na informação e nos direitos, passa por uma aproximação da linguagem vernácula, que é também uma transformação dessa linguagem. Uma mutação induzida nas práticas populares, vernáculas, locais e uma mutação também nos saberes estabelecidos sancionados pelo modelo universitário.

As práticas de saúde com as quais convivemos atualmente consideram o paciente como um

“objeto doença”. Sem tempo suficiente para falar de si como um todo, porque o profissional de saúde tem um número grande de atendimentos a cumprir, a pessoa do paciente passa a ser um número do prontuário, destituído de sua história e reduzido a uma série de sintomas. A tradição religiosa afro-brasileira nos aponta uma outra direção. Se identifica, reterritorializa, integra, contém em seu continente-suporte atitudes de sustentação que facilitam a reorganização interna e equilíbrio psicossomático. (Guimarães, 2003, p. 48)

Por fim, um último caso para um rápido, porém muito importante, exemplo. Nos últimos anos, graças, principalmente, ao movimento de mulheres negras, temos assistido à constituição de um campo nomeado como o de “saúde da população negra”. A despeito das polêmicas que o circundam, não resta dúvida que, tanto do lado do acesso a serviços de qualidade, como do lado da reivindicação de políticas públicas específicas, uma esfera clara de intervenção e conhecimento constituiu-se. Essa esfera aponta algumas enfermidades como típicas da população negra e para as quais se espera ação do Estado. Aponta também para o alarmante aumento da violência atingindo homens negros e jovens das regiões metropolitanas brasileiras, com a fúria de uma guerra declarada, que não é vista como uma questão emergencial de saúde pública e para a qual não se propõem políticas públicas efetivas de largo alcance. Reivindica-se, nesse caso, além disso, a consideração do viés da raça na aplicação, no entendimento e na formulação de direitos universais, como os direitos sexuais e reprodutivos. O ambiente politizado freneticamente nesse campo obriga a uma revisão da postura normativa e distanciada com que em geral tratamos os fatos da ciência (Oliveira, 2004; Sansone, 2004). E também está amparada em um número importante de tratados e convenções internacionais, relativos à saúde das mulheres e à eliminação do racismo em níveis globais. Notadamente os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África Sul (Heringer, 2000,2001). Com relação à alta voltagem política envolvida na elaboração desses resultados, Suely Carneiro comenta: “Sob muitos

aspectos poderíamos falar sem exagero na batalha de Durban” (Carneiro, 2002, p. 211).

Ora, são batalhas políticas tais quais essas, ou outras em diversas escalas, que produzem e sustentam antigos e novos direitos e fazem emergir novos sujeitos sociais e novas perspectivas culturais muitas vezes já existentes, mas retidas nas frestas do edifício cultural hegemônico, mantidas submersas pelos constrangimentos materiais, pela violência e por modos estereotipados de representar/produzir a realidade.

As ciências sociais, de um modo em geral, mais tradicionalmente a antropologia, têm tido, no Brasil, papel relevante na visibilização de novos sujeitos e na aplacação de estereótipos com relação às formas minoritárias, ou não hegemônicas, de vida social e experiência subjetiva.

A formação de sujeitos sociais, como sujeitos de direitos e como protagonistas das interpretações legítimas, que constituem também os recursos através dos quais sua própria condição e localização social são entendidas e reproduzidas, implica reorganizações políticas, no campo das representações, e reorganizações simbólicas, no campo das linguagens políticas, assim como novos enquadramentos epistemológicos.

O conceito de direitos reprodutivos nasce justamente da ação das mulheres como sujeitos políticos e do conhecimento, refletindo sobre as condições que a sociedade tem dado para o exercício da vida sexual e reprodutiva. (Ávila & Gouveia, 1996, p. 164)

A antropologia brasileira tem, no entanto, se mostrado pouco permeável à emergência de novos sujeitos, quando estes surgem embaralhando as distinções corriqueiras entre gêneros discursivos e campos de ação/intervenção/legitimação, produzindo interpretações concorrentes ou alternativas as suas próprias. Um preconceito positivista parece interditar a compreensão de que engajamento político não é menos ou mais “poluente”, para a produção de resultados acadêmicos válidos, derivados de procedimentos públicos e expostos à crítica, do que um distanciamento objetivista.

É preciso perguntar quando a diversidade sociológica, entre os quadros acadêmicos brasileiros, vai permitir a emergência de uma diversidade de perspectivas teóricas, possibilitando assim que a reflexão informada sobre o Brasil, realizada nas universidades, espelhe a diversidade e a riqueza cultural do país. Parece, dessa forma, que um grave erro repousa sob as asas da objetividade e do descompromisso político concreto entre a antropologia e as populações estudadas. Esse erro parece assentado sobre bases teóricas ou epistemológicas, herdadas da tradição colonial e funcionalista da antropologia, mas, inversamente, está mais fundamentado na estrutura social e no modo como esta se reflete na sociologia do campo acadêmico e na epistemologia das ciências sociais, baseadas na cisão esquizofrênica – entre uma elite autoconsciente que produz uma interpretação e uma massa de “outros” que é interpretada –, que tem condenado a reflexão acadêmica, feita pelos atores dominantes, a um permanente mal-estar ou inadequação (Schwarz, 1981;1995; Pinho & Figueiredo, 2002).

O compromisso da etnografia crítica

A antropologia brasileira tem uma tradição sólida e respeitável, consolidada em numerosos programas de pós-graduação. A etnologia indígena, por sua vez, tem feito avanços teóricos notáveis. A antropologia ligada aos estudos afro-brasileiros tem uma história de um século, que se confunde com a formação do campo das ciências sociais. No campo dos estudos de gênero e sexualidade, do mesmo modo, ainda que mais tardiamente, podemos identificar diversos núcleos de produção acadêmica com uma atividade de pesquisa dinâmica e sensível às transformações sociais.

Para ficarmos apenas nesses três campos de interesse, vemos que o processo de produção de uma interpretação sobre diferentes facetas da “realidade brasileira” tem sido levado a efeito com vigor pelo trabalho acadêmico de pesquisa. Esse trabalho é obviamente político, ainda que dissimule vez ou outra essa vinculação. No campo indigenista, a ação política de antropólogos é evidente e determinante. No caso dos

estudos sobre o negro, não é exagero dizer que o sistema de referências da raça no Brasil seria outro, não houvesse a participação de antropólogos “intrometendo-se” na esfera das definições culturais, dos candomblés, da auto-imagem dos negros etc. Do mesmo modo, como vimos rapidamente, os estudos sobre gênero e sexualidade conformaram-se, em certa medida, como um espaço de negociação entre a intervenção e a investigação, com influência determinante da crítica feminista.

Mas não apenas de um ponto de vista parcial, ou fragmentado, a antropologia tratou de representar o Brasil e sua diversidade. Também como um empreendimento totalizante que pretendeu demonstrar o que faz do Brasil Brasil, a antropologia tem tido um papel determinante na definição de um suposto caráter nacional. Essa tradição totalizante fundiu-se ao esforço de produzir uma imagem de Brasil que é um ideal de Brasil, adequado aos pressupostos sociológicos embutidos na prática da investigação antropológica. Esses pressupostos parecem metamorfosear-se na recondução da diferença cultural, objeto da antropologia, na nossa singularidade cultural nacional, objeto do processo de nation-building, que justamente produz um outro como uma diferença e um objeto. Esse outro é o “povo brasileiro”, entidade mística, invocada como fins políticos no curso de nossa história. Não obstante, questionaríamos em que medida a antropologia social enxerga, naquele momento definidor de sua identidade profissional, o trabalho de campo, a emergência da diversidade como um fator político problematizador das relações entre poder-saber-verdade (Peirano, 1999).

Para o caso da antropologia urbana, são comuns descrições sobre como o antropólogo de classe média desloca-se de seu próprio “mundo”, distante muitas vezes apenas uma hora de carro do sítio da pesquisa (na verdade, muito mais distanciado econômica, política e simbolicamente), em direção a periferias ou morros, realizando, nesse deslocamento espacial, um deslocamento semiótico implicado em identificar, atribuir identidade àquele conjunto cultural formado pelos agentes, as práticas, os discursos e o ambiente sociocultural, dispostos como representações de uma distância etnográfica.

fica, que é uma distância social realmente existente e inscrita na estrutura social brasileira. Ora, essa estrutura, que constitui os lugares recíprocos do antropólogo e de seus “nativos”, não se ausenta da pesquisa e na verdade a possibilita ou favorece.

A analogia, representada por antropólogos brancos de classe média em suas aventuras pelos arrabaldes, com a aventura antropológica clássica é tão evidentemente denunciadora da necessidade de distância, arbitrariamente reconfigurada na etnografia, que dispensa maiores considerações sobre a necessidade, para a antropologia brasileira, de uma diferença de classe, raça ou gênero, inscrita no coração da prática etnográfica como uma diferença meramente cultural e que é, na verdade, condição de possibilidade para a aplicação da teoria antropológica “metropolitana” no Brasil. Se o compromisso político com os índios, em defesa de sua autodeterminação e com as comunidades de candomblé, em defesa da tradição, parece fácil e aceitável, o compromisso político com sujeitos sociais urbanos, pobres, letrados e negros (fora dos espaços negros tradicionais) não parece tão assimilável. Mais ainda, se parece razoável o etnógrafo considerar a sua condição de classe média – o lhe que acrescenta até certo charme romântico – como medida para seu estranhamento no campo, localizado nos estratos “inferiores” da sociedade, parece altamente aberrante uma problematização do etnógrafo se ele é negro, pobre ou homossexual, ou seja, se pertence por associação, identidade subjetiva ou escolha política ao campo dos “outros” urbanos tradicionalmente inquiridos pela antropologia. Por quê? Por que a antropologia fixa a alteridade para além dos muros consagrados da academia e a interdita no interior da comunidade acadêmica? A única antropologia legítima é aquela feita por brancos de classe média, com um interesse distanciado de seus objetos? Na verdade, o que parece ocorrer é uma incorporação dos privilégios raciais e de classe como um privilégio epistemológico.

Implicações da “branquidade” para a pesquisa acadêmica, por exemplo, têm sido debatidas em outros contextos nacionais, nos quais os estudos críticos da whiteness, como

uma problemática política e epistemológica da configuração relacional das identidades brancas, têm adquirido algum volume e importância. A definição dessas identidades brancas é obviamente dinâmica e especificamente contextualizada. De tal modo que não existem brancos de um modo em geral, mas configurações específicas e particulares de branquidade, produzidas pela história, por sistemas discursivos e sustentadas em instituições e práticas. Alguns parâmetros gerais, entretanto, dada a natureza interconexa dos processos sociais no Ocidente moderno, notadamente nestes tempos de aceleração globalizante, poderiam ser apontados. Um destes se refere à invisibilidade da branquidade ou à ausência de reconhecimento por parte dos brancos de seus próprios privilégios, que parecem parte da estrutura social dada ou da ordem natural das coisas, quando, na verdade, as marcas da branquidade são impressivas e fazem-se presentes de modo determinante (Rasmussen, Klinenberg & Nexica, 2001).

In fact, whiteness is in a continual state of being dressed and undressed, of marking and cloaking. It has been so since the time when the term was first used racially, partway through half a millennium of European imperializing travel through, settlement in, and expropriation from the Americas, Africa, parts of Asia, Australia, and the Pacific region. (Frankenberg, 2001)

Do ponto de vista da investigação etnográfica, como não considerar as marcas da branquidade na interação no campo, constitutiva da antropologia social? Apesar de a figura do etnógrafo ter sido construída como um ser neutro, sem raça/cor, gênero ou sexualidade, essas características adscritas estão presentes no empreendimento etnográfico de dois modos, pelo menos: como a prerrogativa epistemológica referida e como uma marca da construção do distanciamento imediato entre o observador e o observado, com todas as implicações de poder aí presentes.

When ethnographic texts and fieldwork accounts describe how the researcher penetrates the other space, either physically or intellectually, to become the creator of

differences between self and others, they automatically place that researcher in a heterosexual-masculine subject position, regardless of the gender text-image. (Killick, 1995)

As metáforas de penetração, aquisição, conquista, abertura do campo, dentre outras, revelam a disposição teórica como uma disposição de poder que representa o lugar do sujeito como o lugar do masculino, do branco e do heterossexual e produz, cria uma diferença com os "nativos", objetificados como outros perfeitos para a identidade, oculta, mas operante, do etnógrafo.

Desse modo, acreditamos que haveria um ganho, ou mesmo uma explosão de possibilidades políticas, teóricas e interpretativas, no posicionamento do etnógrafo como um sujeito posicionado. Notadamente no caso brasileiro, no qual antropólogos e antropólogas estão num diálogo com seus concidadãos, reduzidos a "nativos" por meio da engenharia epistemológica de poder-saber. Graças, dentre outras coisas, à crítica feminista, podemos considerar com isenção e serenidade as estruturas de transformação que conduzem, de um campo para outro, traços dessas estratégias de poder-saber constituindo sujeitos e objetos (Wilson, 1995).

Pouco a pouco no Brasil, e certamente em virtude de transformações extensas e profundas promovidas em diferentes instâncias da vida social e associadas à modernização seletiva e à politização das identidades sociais, temos visto que o campo acadêmico das ciências sociais tem ensaiado uma complexificação que rompe com a imagem autocomplacente e despolitizada que tem prevalecido. Mais uma vez, os estudos feministas e de gênero têm uma dianteira considerável nesse desafio ao pacto do silêncio sobre as fundações políticas excludentes, monocórdicas e elitistas da pesquisa acadêmica brasileira. Situações-limite, como dramas sociais, trazem para dentro dos espaços normalizados da pesquisa acadêmica o desconforto, a insatisfação, a resistência ao domínio e à anulação. Como já expôs um jovem antropólogo negro e homossexual, protagonista de um conflito sobre racismo e mérito acadêmico desenrolado na Universidade Brasília (UnB):

Como agente reflexivo, o lugar do negro na academia brasileira é quase o da absoluta ausência e negação. [...] Minha voz subalterna fala então não apenas de uma opressão econômica e racial, mas também de um passado histórico de inacessibilidade a campos de saber e poder legitimados, da contenção de símbolos e valores negro-africanos, da restrição à palavra e da dificuldade do uso de categorias e conceitos que traduzam a minha experiência como um intelectual negro na academia brasileira. (Lima, 2001)

O acesso à consciência da diferença, fraturando o lugar outrora pacificado da prerrogativa enunciativa, significa a complexificação dos espaços e políticas de representação sobre a diferença, que incide diretamente sobre o distanciamento objetivista, pedra angular de um sistema de representações sobre o outro que, ao mesmo tempo em que o produz, o silencia. De outro modo, do ponto de vista metodológico, a posição do etnógrafo como uma posição de sujeito, de raça, gênero ou classe implica uma nova transparência para a pesquisa de campo. O compromisso da etnografia, e de nossa pesquisa também, é, sem dúvida alguma, com a fidelidade aos fatos, com o escrutínio aberto da crítica dos pares, com procedimentos padronizados de coleta de dados, enfim com a adequação metodológica, garantia da produção de dados consistentes. Mas o compromisso da etnografia crítica, de nosso ponto de vista, é um compromisso político com a implosão das hierarquias de poder-saber, um compromisso contra a presunção genérica de uma prerrogativa obscura e insistentemente atribuída ao etnógrafo neutro, que é na verdade uma figura coincidente com a posição de sujeito hegemônica: branca, de classe média, masculina, heterossexual.

O compromisso político da etnografia crítica é um compromisso, por fim, com a emancipação e com a ampliação da consciência crítica tanto dos observadores, quanto dos observados, ambos enredados na teia mística das ideologias e subsumidos, no caso brasileiro, sob o peso de nossa modernização seletiva, combinada e desigual. O projeto teórico da antropologia brasileira deveria ser também o projeto de desalienação de antropólogos e "nativos", e de "antropólogos-nativos", engajados em processos

sociais co-participantes. A nossa antropologia deveria ser uma aproximação e não um distanciamento.

Abstract: In this article the author discusses methodological, ethics and theoretic aspects involved in a research about race, gender and sexuality among peripheralized youth people of a poor community on the Metropolitan Area of Rio de Janeiro. The research has as theoretic hypothesis which is race and gender structures produce vulnerabilities, inequalities and violences, as refered in current bibliography. Seeks, from this way, understand how these structures operates in everyday life, structuring the social environments of unequal social reproduction. By the other hand our research is realized under strong political commitment with the emancipation and self-enlightenment. The theoretical implications of this committed political approach will considered.

Key words: critic ethnography, race, gender, sexuality, urban periphery

Referências

- ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito. Homens e masculinidades. Outras palavras. São Paulo: Editora 34/Ecos, 2001.
- ALMEIDA, Vagner de.; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard (Orgs.). Ritos e ditos de jovens gays. Abia, 2002.
- APTER, Andrew. Herskovits's heritage: rethinking syncretism in the African diaspora. *Diaspora*. v. 1, n. 3, winter 1991, p. 235-260.
- ARANTES, Antonio A. Desigualdad y diferencia. Cultura y ciudadanía en tiempos de globalización. In: BAYARDO, R.; LACARRIEU, M. (Orgs.) *La dinámica global/local. Cultura e comunicación: nuevos desafíos*. Buenos Aires: Ediciones Ciccus La Crujía, 1999, p. 145-170.
- AVILA, Maria Betânia; GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos sexuais e reprodutivo. In: _____. PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (Orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Lumará, 1996.
- AZEVEDO, Thales. As elites de cor numa cidade brasileira. Um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia. EDUFBA, 2. ed. (1955), 1996.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, A. A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 10-29.
- BHARAT, Shalini. Capacity building for research in sexual behavior and sexuality: The indian experience. In: DI MAURO, Diane; HERDT, Gilbert; PARKER, Richard. *Handbook of sexuality research training initiatives*. New York: SSCR, 2003, p. 35-49.
- CAMÃRA DOS DEPUTADOS. *Seminário Relações Raciais e Desigualdades Econômicas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: _____. BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.
- CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia; CAETANO, Márcio (Coord.). *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT – Rio. Rio de Janeiro: Clan/Grupo Arco-Íris/Cesec/Pallas, 2003.
- COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 24, jan-abril 2002. n. 1 (especial), p. 35-62.
- COSTA PINTO, Luís A. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CUNHA, Olivia M. Gomes da. Black movements and the "politics of identity" in Brazil. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.). *Culture of politics, politics of culture. Re-envisioning Latin American social movements*. West View Press, 1998, p. 220-251.
- CRENSHAW, Kimberlé W. The intersection of race and gender. In: *Critical race theory: the key writings that formed the movement*, 1995.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1/2002, p. 171-188.
- DI MAURO, Diane; HERDT, Gilbert; PARKER, Richard. *Handbook of sexuality research training initiatives*. New York: SSRC, 2003
- DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. In: MAIO, M. C.; BÔAS, G. V. (Orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, p. 71-86.
- FOCAULT, Michel. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FRANKENBERG, Ruth. The mirage of unmarked whiteness. In: RASMUSSEN, Birgit Brander et al

- (Eds.). *The making and unmaking of whiteness*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 72-95
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, Marcos Antonio C. *Tradição religiosa afro-brasileira como espaço de equilíbrio*. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Religiões afro-brasileiras e saúde*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003.
- GOGNA, Mónica (Coord.). *Programas de salud reproductiva para adolescentes. Los casos de Buenos Aires, México D.F. y San Pablo*. Consorcio Latinoamericano de programas en Salud Reproductiva y Sexualidad. Buenos Aires: Cedes, 2001.
- GUAJARDO S., Gabriel. *Contexto sociocultural del sexo entre varones*. In: CÁCERES, Carlos F.; PECHENY, Mario; TERTO JR. Veriano (Eds.) *SIDA y sexo entre hombres en América Latina: vulnerabilidades, firtaleza, y propuestas para acción*. Universidad Peruana Cayetano Heredia/Onusida, 2002, p. 57-79.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Notes on racial and political inequality in Brazil*. In: HANCHARD, Michael. *Racial politics in contemporary Brazil*. Durham and London: Duke University Press, 1999, p. 154-178.
- HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. *Introdução: Ciências sociais e sexualidade*. In: *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1999, p. 7-17.
- HEILBORN, Maria Luiza. *Sobre sexualidade, gênero, corpo e juventude*. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 403-418.
- HERINGER, Rosana. *A agenda anti-racista das ONGs brasileiras nos anos 90*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. (Orgs.) *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000, p. 343-358.
- HERINGER, Rosana. *Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil*. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 23, n. 2, 2001, p. 291-334.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais. 2002*. Acesso em: www1.ibge.gov.br. 2003.
- KILLICK, Andrew P. *The penetrating intellect. On being white, straight, and male in Korea*. In: KULICK, Don; WILSON, Margaret (Eds.) *In: Taboo. Sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York, 1995, p. 76-106.
- KULICK, Don; WILSON, Margaret (Eds.) *Introduction*. In: *Taboo. Sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York, 1995, p. 1-25.
- LIMA, Ari. *A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual*. *Afro-Ásia*, 25-26, 2001, p. 281-312.
- MACARTHUR. *Programa de população e saúde reprodutiva no Brasil: lições aprendidas*. Mac Arthur Foundation. São Paulo, 2003.
- MAIO, Marcos Chor. *A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos*. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. (Orgs.) *Raça. Ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 179-194.
- _____. *O diálogo entre Arthur Ramos e Costa Pinto: dos estudos afro-brasileiros à "Sociologização da antropologia"*. In: MAIO, Marcos Chor; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.) *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil. Ensaio sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999, p. 203-222.
- _____. *O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 41, out. 1999, p. 141-158.
- MAGGIE, Yvone; REZENDE, Claudia Barcellos. (Orgs.) *Raça como retórica. A construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MICELI, Sérgio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Editora Sumaré, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et. all. *Fala galera. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MONTEIRO, Simone. *Gênero, saúde e proteção entre jovens – Um perfil tradicional*. In: BARBOSA, Regina et all. (Orgs.) *Interfaces. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 23-48.
- _____. *Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. Introdução: ciências sociais e sexualidade*. In: *Sexualidade. O olhar das ciências sociais*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 1999, p. 117-145.
- OLIVEIRA, Fátima. *Saúde reprodutiva, etnicidade e políticas públicas no Brasil*. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.) *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 307-330.
- ONUSIDA. *Trabajar con varones para la prevención y asistencia del VIH*. Ginebra, Suiza, 2002.

- PARKER, Richard; TERTO JR., Veriano. (Orgs.) *Entre homens. Homossexualidade e Aids no Brasil*. Rio de Janeiro: Abia, 1998.
- _____. *Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros. Uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.
- PEIRANO, Mariza. *Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)*. In: MICELI, P. (Org.) *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p. 225-266. [V. 1, Antropologia].
- _____. *Performances de raça e gênero*. In: FIGARI, Carlos; PINHO, Osmundo de Araujo (Orgs.). *A cor na escrita dos corpos. Sexualidade, raça e diferença (no prelo)*.
- _____; FIGUEIREDO, Angela. *Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras*. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002, p. 189-210.
- PINHO, Osmundo de Araujo; FIGUEIREDO, Angela. *Idéias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras*. *Estudos Afro-asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002, p. 189-210.
- PINHO, Osmundo de Araujo. *Performances de raça e gênero*. In: FIGARI, Carlos; PINHO, Osmundo de Araujo (Orgs.). *A cor na escrita dos corpos: Sexualidade, raça e diferença*. [No prelo].
- PORTELA, Ana Paula. *Rota da exclusão. Tráfico de mulheres e exploração sexual em Pernambuco*. *Pesquisas SOS Corpo, Gênero e Cidadania*. Recife, 203.
- RAMOS, Guerreiro Alberto. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RASMUSSEN, Birgit Brander et all (Eds.). *Introduction*. In: *The making and unmaking of whiteness*. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 1-23.
- RIBEIRO, Matilde. *Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing*. *Estudos Feministas*, n. 2/1995, p. 446-457.
- ROLAND, Edna. *Direitos reprodutivos e racismo no Brasil*. *Estudos Feministas*, v. 2/1995, p. 506-514.
- SANSONE, Livio. *'Raça', etnicidade e saúde reprodutiva: o caso afro-latino-americano*. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.) *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p. 57-95.
- SCHWARCZ, Lilia M. *Questão racial e etnicidade*. In: MICELI, S. (Org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/Anpocs, 1999, p. 267-326. [Antropologia, V. I.].
- SCHWARZ, Roberto. *As idéias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981, p. 13-28.
- _____. *National by imitation*. In: BEVERLEY, J.; ARONNA, M.; OVIEDO, J. *The postmodernism debate in Latin America*. Durham and London: Duke University Press, 1995, p. 264-281.
- SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. *A constituição da identidade masculina: homens das classes populares em Florianópolis*. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Mirian P. (Orgs.). *Masculino feminino plural*. Editora Mulheres, p. 209-227.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva. Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. *A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania*. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 395-320.
- TORO-ALFONSO, José. *Vulnerabilidad de hombres gays y hombres que tienen sexo com hombres (HSH) frente la epidemia del VIH/SIDA en América Latina: La otra historia de la masculinidad*. In: _____. CÁCERES, Carlos F., PECHENY, Mrio & TERTO JR. Veriano (Eds.) *SIDA y sexo entre hombres en América Latina: vulnerabilidades, firtaleza y propuestas para acción*. Universidad Peruana Cayetano Heredia/ Onusida, 2002, p 81-102.
- TORRES, Marieze Rosa. *Sexo, prazer e dor – Vivências sexuais na fala de adolescentes pobres de Salvador*. In: BARBOSA, Regina et all (Orgs.). *Interfaces. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 49-84.
- VENTURA, Mirian. *Direitos reprodutivos no Brasil*. São Paulo: The John T. and Catherine D. MacArthur Foundation, 2002.
- WILSON, Margaret. *Afterword. Perspectives and difference: sexualization, the field, and the ethnographer*. In: KULICK, Don; WILSON, Margaret (Eds.). *Introduction*. In: *Taboo. Sex, identity, and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York: 1995, p. 251-275.

RECEBIDO EM AGOSTO DE 2004
 APROVADO EM NOVEMBRO DE 2004